

**Simulado 1 - Inédito**

# **Super Intensivo EOAB**

**XXXIV Exame**

Sua aprovação na 1ª fase  
OAB em 60 dias



1

O advogado Carlos tem sua inscrição principal perante o Conselho Seccional do estado do Maranhão. No desempenho de sua função, quinzenalmente viaja ao Distrito Federal para despachar seus processos que tramitam em grau recursal perante o STJ e o STF, além de eventuais sustentações orais quando estas se fazem necessárias. Recentemente, decidiu constituir uma filial de sua sociedade na capital federal.

A respeito da inscrição do advogado, assinale a resposta correta:

A) Carlos tem direito de exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional, tendo a faculdade de requerer inscrição suplementar perante o Conselho Seccional em que atue com habitualidade, assim considerada a intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano.

B) No caso de mudança efetiva de domicílio profissional para outra unidade federativa, Carlos poderá requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Seccional correspondente.

C) O Conselho Seccional do Distrito Federal deve suspender o pedido de inscrição suplementar, caso verifique a existência de vício ou ilegalidade na inscrição principal, contra ela representando ao Conselho Federal.

D) O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, sendo facultado aos sócios a inscrição suplementar.

2

Sobre o processo eleitoral perante à Ordem dos Advogados do Brasil, é correto afirmar:

A) A Diretoria do Conselho Federal será escolhida mediante votação em chapas, cujos integrantes deverão ser obrigatoriamente Conselheiros Federais eleitos, com exceção do candidato a Presidente.

B) A chapa para o Conselho Seccional deve ser composta dos candidatos ao conselho e à sua diretoria, a qual indicará a delegação do Conselho Federal e a Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados.

C) É vedado o fornecimento pela Comissão Eleitoral de listagem com nome e endereço postal dos advogados.

D) Quando a maioria dos membros do Conselho Seccional estiver concorrendo às eleições, as decisões da Comissão Eleitoral serão irrecorríveis.

3

O advogado Jeff foi preso em flagrante suspeito de estuprar a diarista que prestava serviços em seu apartamento. Sobre o tratamento legal a respeito das prerrogativas legais do advogado e da apuração da conduta pela OAB, marque a resposta correta:

A) Jeff terá direito de ser recolhido em sala de Estado Maior ou, em sua falta, em prisão domiciliar enquanto perdurar a prisão processual e o cumprimento de eventual pena privativa de liberdade.

B) O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvido em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação.

C) Jeff poderá ser expulso dos quadros da OAB pela prática de crime infamante, hipótese em que é necessária a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente, restando vedada a sua reinscrição por ausência de idoneidade moral.

D) Sem prejuízo da atuação de seu defensor, contará o advogado com a assistência de representante da OAB nos inquéritos policiais ou nas ações penais em que figurar como indiciado, acusado ou ofendido.

4

A respeito dos fins e da organização da Ordem dos Advogados do Brasil é correto afirmar que:

A) A OAB é serviço público e possui forma federativa, sendo seus Órgãos o Conselho Federal, Conselho Seccional, Caixa de Assistência dos Advogados e as Subseções;

B) A OAB integra a estrutura da Administração Pública Indireta de forma *sui generis*, não mantendo qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

C) Compete ao Conselho Federal elaborar as listas constitucionalmente previstas, para o preenchimento dos cargos nos tribunais judiciários de âmbito nacional, interestadual e estadual, com advogados que estejam em pleno exercício da profissão, vedada a inclusão de nome de membro do próprio Conselho ou de outro órgão da OAB.

D) O Conselho Federal compõe-se de conselheiros em número proporcional ao de seus inscritos, segundo critérios estabelecidos no regulamento geral.

5

Acerca das infrações e sanções disciplinares, assinale a opção correta.

A) Não se considera infração disciplinar fazer, em nome do constituinte, imputação a terceiro de fato definido como crime, independente da autorização escrita deste

B) Comete infração disciplinar o advogado que fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, requerendo ao juiz dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, sem autorização expressa deste.

C) Não comete infração disciplinar o advogado que procede à compensação de créditos de importâncias devidas ao cliente, independentemente de autorização especial do cliente para esse fim, por este firmada.

D) Considere que uma advogada inscrita na OAB receba, adiantadamente, honorários contratuais, mas não conclua o serviço jurídico contratado, em virtude de desistência do cliente. Nessa situação hipotética, a advogada está obrigada a devolver ao cliente bens, valores e documentos que lhe hajam sido confiados e ainda estejam em seu poder, à exceção de parcela dos honorários paga pelos serviços até então prestados.

6

No que toca à cobrança de honorários advocatícios, assinale a opção correta.

A) Ajuizada a ação cível, caso haja composição extrajudicial das partes, o cliente terá direito ao abatimento proporcional dos honorários contratados, configurando falta disciplinar a negativa por parte do advogado.

B) As disposições do estatuto da advocacia sobre honorários não se aplicam quando se tratar de mandato outorgado por advogado para defesa em processo oriundo de ato ou omissão praticada no exercício da profissão.

C) As disposições do estatuto da advocacia sobre honorários não se aplicam aos honorários assistenciais, compreendidos como os fixados em ações coletivas propostas por entidades de classe em substituição processual.

D) Tendo em vista a natureza personalíssima do direito aos honorários de sucumbência, estes serão intransmissíveis aos sucessores ou representantes legais, na hipótese de falecimento ou incapacidade civil do advogado.

7

O advogado João foi notificado pelo Conselho de Ética da OAB para esclarecer determinados fatos que foram comunicados ao órgão mediante representação disciplinar por parte de membro do Ministério Público. Ocorre que João, não reconhecendo a legitimidade da acusação, deixou de apresentar a sua defesa prévia. Nessa situação,

A) Se o representado for revel, o Presidente do Conselho ou da Subseção deve suspender o prazo prescricional e determinar a produção das provas consideradas urgentes.

B) Houve a preclusão temporal da apresentação da defesa prévia, sendo seu prazo improrrogável por ser matéria de ordem pública.

C) O prazo para defesa prévia pode ser prorrogado por motivo relevante, a juízo do relator.

D) Se, após a defesa prévia, o relator se manifestar pelo indeferimento liminar da representação por ilegitimidade do Ministério Público, determinará seu arquivamento.



8

Júlia, advogada é contratada para exercer a defesa de Kátia que está presa, cumprindo pena na penitenciária feminina. Dirige-se ao local onde sua constituinte está detida e busca informações sobre sua situação, recebendo como resposta da agente de polícia penal que estava de plantão que a entrevista pessoal com a cliente seria gravada por questões de segurança. Ademais, determinou que apresentasse o instrumento de procuração para que pudesse ter acesso à cliente.

De acordo com o estatuto da advocacia e com o código de ética,

A) a advogada, diante do seu dever de urbanidade, deve acatar a determinação dos atos cabíveis da policial penal.

B) o acesso à cliente, no caso, depende de procuração e de prévia autorização da autoridade policial.

C) no caso de réu preso, somente com autorização do juiz das execuções penais pode o advogado ter acesso ao cliente.

D) A advogada tem direito de comunicar-se com sua cliente, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração.

9

*"A lei, própria, primeiro e principalmente se disse ao bem comum. Mas o ordenar algo para o bem comum é próprio de toda a multidão ou de alguém que represente esta multidão. E , portanto, sancionar uma lei ou pertence a toda a multidão ou a pessoa pública que representa toda a multidão. Porque em todos os casos ordenar algo para o fim pertence aquele a quem é próprio ordenar".*

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. v. I, parte II. 2ª ed.

São Paulo: Edições Loyola, 2001

Nesse sentido, com base na obra de Aquino, indique a alternativa que descreve a ligação entre o livre arbítrio dos humanos e a vontade de Deus, ou nossas escolhas fundamentadas com base no plano de Deus:

- A) Lei natural
- B) Bem comum
- C) Lei eterna
- D) Lei justa

10

*“Derivam todos eles do princípio da moralidade, que não é nenhum postulado, mas uma lei, pela qual a razão determina imediatamente a vontade, vontade esta que, precisamente por ser assim determinada, enquanto vontade pura, exige estas condições necessárias para a observância do seu preceito”*

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. 9ª ed. Lisboa: Almedina, 2012.

- A) Não existe uma lei moral universal.
- B) O conceito moral de boa vontade está obrigatoriamente interligado ao resultado da ação.
- C) O princípio supremo da moralidade está diretamente relacionado à maximização do bem-estar geral.
- D) O imperativo categórico representa uma ação objetivamente necessária dada pela razão.

11

Como sabemos apesar de autônomos os entes devem respeitar as alguns princípios e normas, principalmente as normas de reprodução obrigatória. O município de São Cristóvão/SE tem violado frontalmente diversos destes princípios de reprodução obrigatória indicados na Constituição estadual de Sergipe, principalmente no sentido da prestação de contas da administração pública. O Procurador-Geral de Justiça resolve então representar, perante o Tribunal de Justiça de Sergipe, solicitando intervenção estadual no Município de São Cristóvão,

- A) A intervenção estadual no Município Alfa pode ser decretada, ex officio, pelo Governador de Estado, independentemente da representação.
- B) A intervenção estadual no Município Alfa dependerá de provimento do Tribunal de Justiça requisitando ao Governador de Estado que decrete a referida medida.
- C) A intervenção estadual não é possível, pois, devido à sua natureza excepcional, o rol previsto na Constituição da República não contempla a violação a princípios.
- D) A intervenção estadual no Município Alfa, após o acolhimento da representação pelo Tribunal de Justiça, ainda dependerá do controle político da Assembleia Legislativa Estadual.

12

André Lucas, deputado federal propôs um projeto de lei de grande interesse para o Poder Executivo federal. Assim que enxergou situação favorável para o mesmo relacionado a bancada do governo, pede ao Presidente da República que, utilizando-se de suas prerrogativas, solicite urgência (regime de urgência constitucional) para a apreciação do projeto de lei pelo Congresso Nacional. O Presidente da República que já não queria ajudar André Lucas informa que, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro

A) é viável, pois é prerrogativa do chefe do Poder Executivo solicitar o regime de urgência constitucional em todos os projetos de lei que tramitem no Congresso Nacional.

B) não pode ser atendido, pois o regime de urgência constitucional somente pode ser solicitado pelo presidente da mesa de uma das casas do Congresso Nacional.

C) viola a CRFB/88, pois o regime de urgência constitucional somente pode ser requerido pelo Presidente da República em projetos de lei de sua própria iniciativa.

D) não pode ser atendido, pois, nos casos urgentes, o Presidente da República deve veicular a matéria por meio de medida provisória e não solicitar que o Legislativo aprecie a matéria em regime de urgência.

13

O deputado federal André Lucas, propôs um projeto de lei sobre regulamentação de aplicativos de mensagens tipo telegram, whatsapp. O plenário rejeitou de logo o projeto de lei. Inconformado, o deputado, por entender que a rejeição do projeto se deveu a fatores pessoais, quer voltar a tê-lo reavaliado, ainda na mesma sessão legislativa.

Em dúvida se poderia vir a fazê-lo, consulta sua assessoria que, em consonância com a CRFB/88, presta a seguinte informação:

A) A matéria constante do referido projeto de lei somente poderá constituir objeto de novo projeto na próxima sessão legislativa, em deferência ao princípio da oportunidade.

B) A matéria objeto do projeto de Lei rejeitado ainda poderá ser apreciada na mesma sessão legislativa, desde que proposta pela maioria absoluta dos membros de qualquer uma das casas do Congresso Nacional.

C) matéria, objeto do projeto de lei rejeitado, somente poderá ser apreciada na mesma sessão legislativa se comprovadamente tratar de direito que aumente o grau de dignidade e proteção da pessoa humana.

D) A matéria, discutida em projeto de lei rejeitado pelo Congresso Nacional, não pode ser apreciada na mesma sessão legislativa, exceto se o Presidente da República, alegando interesse nacional, assim o determinar

14

O estado de São Paulo editou Lei de conteúdo visivelmente inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão definitiva de mérito proferida em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, declarou inconstitucional a lei do estado de São Paulo, como todos esperavam. Meses após a referida decisão, o Estado do Rio de Janeiro, após regular processo legislativo e sanção do Governador, promulga uma lei estadual com teor idêntico àquele da lei que fora declarada inconstitucional pelo STF.

Com base no ordenamento jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) As decisões proferidas em sede de controle concentrado, como no caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade, gozam de efeitos erga omnes e vinculam o Poder Legislativo e o Poder Executivo; logo, a inconstitucionalidade da lei do Estado do Rio pode ser arguída em reclamação ao STF.

B) A norma editada pelo Estado do Rio, ao contrariar decisão definitiva de mérito proferida pela Suprema Corte, órgão de cúpula do Poder Judiciário ao qual compete, precipuamente, a guarda da Constituição, já nasce nula de pleno direito e não produz quaisquer efeitos.

C) A decisão definitiva de mérito proferida pelo STF em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade não possui efeito vinculante, razão pela qual inexistirá óbice à edição de lei estadual com teor idêntico àquele de outra lei estadual que fora declarada inconstitucional pela Suprema Corte.

D) A referida decisão proferida pelo STF, declarando a inconstitucionalidade da lei do Estado de São Paulo, apenas vincula os demais órgãos do Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, não o Poder Legislativo em sua função típica de legislar; logo, pode ser proposta nova ADI face a lei do Rio.

15

Gustavo, prefeito do município de São José dos Campos/SP, sem aguentar os pedidos reiterado dos seus pais aposentados, contraria súmula vinculante nº 55 e resolve estender aos servidores inativos do município o direito ao auxílio-alimentação.

Para se insurgir contra a situação apresentada, assinale a opção que indica a medida judicial que deve ser adotada.

A) Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de questionar o decreto.

B) Mandado de injunção, com o objetivo de exigir que o Poder Legislativo municipal edite lei regulamentando a matéria.

C) Habeas data, com o objetivo de solicitar explicações à administração pública municipal.

D) Reclamação constitucional, com o objetivo de assegurar a autoridade da súmula vinculante



16

Laryssa, propôs ação indenizatória face a clínica de beleza e estética Sempre Bela pela falha do serviço e nesta requereu danos materiais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mais danos morais no valor já praticando em situações semelhantes no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Ocorre que Laryssa teve seu pleito indeferido; inconformada com a sentença de primeiro grau de jurisdição que se embasou no ato normativo W, apela da decisão porque, no seu entender, esse ato normativo seria inconstitucional.

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Alagoas, ao analisar a apelação interposta, reconhece que assiste razão à recorrente, mais especificamente no que se refere à inconstitucionalidade do referido ato normativo W. Ciente da existência de cláusula de reserva de plenário, a referida Turma dá provimento ao recurso sem declarar expressamente a inconstitucionalidade do ato normativo W, embora tenha afastado a sua incidência no caso concreto.

De acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o acórdão proferido pela 2ª Turma Cível

A) está juridicamente perfeito, posto que, nestas circunstâncias, a solução constitucionalmente expressa é o afastamento da incidência, no caso concreto, do ato normativo inconstitucional.

B) não segue os parâmetros constitucionais, pois deveria ter declarado, expressamente, a inconstitucionalidade do ato normativo que fundamentou a sentença proferida pelo juízo a quo.

C) está correto, posto que a 2ª Turma Cível, como órgão especial que é, pode arrogar para si a competência do Órgão Pleno do Tribunal de Justiça do Estado Alfa.

D) está incorreto, posto que violou a cláusula de reserva de plenário, ainda que não tenha declarado expressamente a inconstitucionalidade do ato normativo.

17

Victor, estudante de direito se deparou na prova de Direito Constitucional com a pergunta: Pode o Presidente da República editar medida provisória contrária à súmula vinculante editada pelo STF?

Victor respondeu certo. Qual foi a resposta do Victor?

A) Não pode o Presidente editar medida provisória contrária a súmula, pois o STF é o guardião da Constituição.

B) Não. Posto que a súmula vincula todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

C) Sim, ele poderia, pois a súmula vincula a Administração Pública, mas não o chefe do Poder Executivo.

D) Sim, pois o Presidente da República estaria, nesse caso, exercendo função legislativa.

18

Luana, madrasta de Ana Maria que possui 19 anos, tem estado muito preocupada com a rotina silenciosa e pelos cantos “da filha”. De uns tempos para cá, Ana Maria tem recebido cartas rotineiramente. Luana em comum acordo com José (pai de Ana), muito preocupada com o conteúdo, passou a abrir as correspondências físicas e e-mail desta, sem autorização. Cansada dessa ingerência arbitrária, a jovem busca apoio na organização de direitos humanos em que você atua.

Com base nos Direitos Humanos o que você esclareceu para a jovem?

- A) O Pacto prevê a prevalência do poder familiar nas relações familiares e, como a conduta da madrasta tem a concordância do pai de Ana Maria, ainda que seja inconveniente, essa conduta não pode ser considerada uma violação de direitos.
- B) O Pacto assegura o direito à privacidade nas relações em gerais, mas nas relações especificamente familiares admite ingerências arbitrárias se forem voltadas para a proteção e o cuidado.
- C) O Pacto dispõe que ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência.
- D) O Pacto é omissivo em relação à prática de ingerências arbitrárias na vida privada e na família, tratando apenas da proteção da privacidade na vida pública e em face da conduta do Estado.

19

Você aluno do Estudar para Oab que outrora obteve êxito no exame de ordem, agora advogado famoso, foi procurado por representantes de um Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que lhe informaram que o governador do estado, juntamente com o ministro da justiça do país, estavam planejando a expulsão coletiva de um grupo de chineses, que vive legalmente na sua cidade. Sabendo que o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, responda:

- A) Um decreto do governador combinado a uma portaria do ministro da justiça constitui fundamento jurídico suficiente para a expulsão coletiva, segundo a Convenção acima citada. Portanto, a única solução é política, ou seja, fazer manifestações para demover as autoridades desse propósito.
- B) A Convenção Americana sobre os Direitos Humanos é omissiva quanto a esse ponto. Portanto, a única alternativa é buscar apoio em outros tratados internacionais, como a Convenção das Nações Unidas, relativa ao Estatuto dos Refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra, de 1951.
- C) A expulsão coletiva de estrangeiros é permitida, segundo a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, apenas no caso daqueles que tenham tido condenação penal com trânsito em julgado, o que não foi o caso dos haitianos visados pelos propósitos do governador e do ministro, uma vez que eles vivem legalmente na cidade.
- D) A pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e de nele residir em conformidade com as disposições legais. Além disso, é proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

20

Por meio do Decreto nº 7.030, o Brasil promulgou a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, que traz normas acerca da conclusão, entrada em vigor, interpretação e extinção de tratados internacionais. Com base no previsto na Convenção, assinale a afirmativa correta.

A) Nos termos da Convenção, “tratado” significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelas diretrizes do Direito Internacional, podendo constar de um instrumento único ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação.

B) Os Estados podem formular reservas, ainda que o tratado especificamente proíba, por força da supremacia do princípio da soberania.

C) Uma norma imperativa de Direito Internacional geral, ou norma de *jus cogens*, é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que não pode ser modificada, nem por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza.

D) “Reserva”, para os fins da Convenção, significa uma declaração unilateral feita por um Estado, antes de assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, com o objetivo de informar o seu interesse em adesão futura às disposições do seu texto.

21

Rodrigo e Fernanda conheceram-se na cidade do Rio de Janeiro e se apaixonaram, iniciando um intenso relacionamento. Fernanda é brasileira naturalizada e residente no Rio de Janeiro há 10 (dez) anos, enquanto Rodrigo é alemão e residente em Frankfurt, tendo vindo visitar o Brasil a turismo. Pego de surpresa com a pandemia do coronavírus, Rodrigo se vê obrigado a estender sua estadia no Brasil, e acaba resolvendo se casar com Fernanda. A cerimônia de casamento é celebrada em território brasileiro, apenas perante os amigos próximos do casal. Após o recrudescimento das restrições de deslocamento, o casal estabelece, de comum acordo, seu primeiro domicílio em Auckland, na Nova Zelândia, onde ambos se sentem seguros e possuem boas oportunidades de trabalho.

Na conformidade da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a legislação que irá reger o regime de bens entre os cônjuges é:

A) a Lei brasileira, em razão do local em que foi realizado o casamento.

B) a Lei neozelandesa, porque lá constituído o primeiro domicílio do casal.

C) a Lei alemã, em razão do domicílio do cônjuge varão.

D) a Lei alemã, dada a nacionalidade de Rodrigo, e haja vista que Fernanda não é brasileira nata.

22

A União, diante de grave calamidade pública nos estados do Nordeste, edita Medida Provisória, que institui Empréstimo Compulsório. Sobre a constitucionalidade da referida tributação, assinale a afirmativa correta.

- A) O Empréstimo Compulsório não pode ser instituído para atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
- B) O Empréstimo Compulsório deve ser instituído por meio de Lei Complementar, sendo vedado pela CRFB/88 que Medida Provisória trate desse assunto.
- C) Nenhum tributo pode ser instituído por meio de Medida Provisória.
- D) A União pode instituir Empréstimo Compulsório para atender às despesas decorrentes de calamidade pública, sendo possível, diante da situação de relevância e urgência, a edição de Medida Provisória com esse propósito

23

O Estado Y lavrou auto de infração em face da pessoa jurídica PJ para cobrança de créditos de Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), decorrentes da produção e venda de livros eletrônicos. Adicionalmente aos créditos de ICMS, o Estado Y cobrou o pagamento de multa em decorrência do descumprimento de obrigação acessória legalmente prevista.

Tendo isso em vista, assinale a afirmativa correta.

- A) Há imunidade tributária em relação aos livros eletrônicos; por outro lado, é incorreta a cobrança da multa pelo descumprimento da obrigação acessória.
- B) Há imunidade tributária em relação aos livros eletrônicos; no entanto, tendo em vista a previsão legal, é correta a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação acessória.
- C) É correta a cobrança do ICMS, uma vez que a imunidade tributária somente abrange o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos; da mesma forma, é correta a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação acessória, em vista da previsão legal.
- D) É correta a cobrança do ICMS, uma vez que a imunidade tributária somente abrange o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos; no entanto, é incorreta a cobrança da multa pelo descumprimento da obrigação acessória.

24

O Estado Y publicou a Lei nº 000, instituindo anistia relativa às infrações cometidas em determinada região de seu território.

Diante desse fato, o contribuinte J apresentou requerimento para a concessão da anistia, comprovando o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em lei. Efetivada a anistia por despacho da autoridade administrativa, verificou-se o descumprimento, por parte do contribuinte, das condições estabelecidas em lei, gerando a REVOGAÇÃO da anistia de ofício.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) A anistia instituída pela Lei nº 123 é inviável, pois a anistia deve abranger todo o território da entidade tributante.
- B) Não é possível a revogação da anistia, pois o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em lei, por parte do contribuinte, geram direito adquirido.
- C) A anistia instituída pela Lei nº 123 é inviável, pois a anistia somente pode ser concedida em caráter geral.
- D) É possível a revogação da anistia, pois o despacho da autoridade administrativa efetivando a anistia não gera direito adquirido.

25

A respeito de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A) Será extinto o crédito tributário de contribuinte que promover o depósito integral do montante exigido pela fazenda pública, tanto administrativa quanto judicialmente.
- B) isenção e a anistia, causas suspensivas do crédito tributário, pressupõem a existência de lançamento do respectivo tributo.
- C) Se determinado contribuinte, pretendendo compensar créditos tributários, impetrar mandado de segurança, com pedido de provimento jurisdicional liminar, o juízo competente poderá declarar o direito à compensação tributária, mas, ao deferir a medida liminar, estará impedido de conceder a efetiva compensação dos créditos.
- D) Constituem hipóteses de extinção do crédito tributário as decisões administrativas irreformáveis, favoráveis ou contrárias ao contribuinte, proferidas em sede de processo administrativo fiscal.



26

Renata e Laryssa firmaram um contrato de aluguel de um imóvel, sendo Renata a locadora e proprietária do imóvel. No contrato, foi estabelecido que a responsabilidade pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel será de Laryssa, locatária. Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- A) O contrato será ineficaz entre as partes, pois transferiu a obrigação de pagar o imposto para pessoa não prevista em lei.
- B) O contrato firmado entre particulares não poderá se opor ao fisco municipal, no que tange à alteração do sujeito passivo do tributo.
- C) O contrato é válido e eficaz, e, por consequência dele, a responsabilidade pelo pagamento do tributo se tornará solidária, podendo o fisco municipal cobrá-lo de Renata e/ou de Laryssa.
- D) O Fisco poderá cobrar o tributo tanto da locadora, quanto da locatária, sem problemas.

27

Considere que o Estado da Bahia, com o intuito de reduzir a superlotação carcerária da região, decida construir uma nova penitenciária.

Para a tarefa, o Estado, que será responsável pela fiscalização do serviço, opta por contratar uma empresa privada para a construção e administração da penitenciária, por meio de licitação, remunerando-a de acordo com o número de detentos presentes no complexo. Sabe-se também que o valor previsto do acordo será de 30 milhões de reais e terá vigência de 25 anos.

Em relação à situação apresentada, é correto afirmar que o acordo realizado entre o Estado da Bahia e a empresa vencedora da licitação representa um exemplo de

- A) Parceria Público Privada, na modalidade de concessão administrativa.
- B) Parceria Público Privada, na modalidade de concessão patrocinada.
- C) Concessão comum, na modalidade pregão.
- D) Autorização, de caráter precário e discricionário.

28

Segundo o artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição de 1988, o meio ambiente equilibrado é um direito humano fundamental de relevância caracterizada por sua indisponibilidade, devendo ser garantido pelo Estado. Além disso, o meio ambiente é espécie de bem de uso comum, ou seja, de livre acesso à coletividade, razão pela qual se torna imperativo que a Administração Pública, através de seus agentes, atue em sua salvaguarda, propiciando sua defesa sempre que houver uso indevido dos recursos ambientais. Para efetivar tal empreitada, foi criada pelo Estado uma polícia específica para atuar nessas hipóteses, denominada Polícia Administrativa Ambiental, com atribuições e poderes para garantir o interesse coletivo. Sobre o poder de polícia administrativa ambiental, é correto afirmar que:

A) a polícia administrativa ambiental prima por preconizar a manutenção do meio ambiente devidamente equilibrado, de maneira a atender os anseios da União, pertinente a questões tangentes à função social da propriedade.

B) o poder de polícia administrativa ambiental é prerrogativa da Administração Pública, que em busca da efetivação da tutela jurídica do meio ambiente legitima a intervenção na esfera jurídica do particular, sempre em defesa do interesse público e pautada nos princípios que regem seus atos.

C) a polícia administrativa ambiental apresenta como escopo a fiscalização das atividades lesivas ao plano diretor, devendo, em virtude do princípio do poder-dever, efetivar a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente.

D) o poder de polícia ambiental é a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente a área rural.

29

Determinado prédio, sede da Receita Federal, em certo município de Roraima, por força de um curto-circuito, acaba por ficar totalmente destruído. Diante da inviabilidade de sua construção, o Governo Federal decide alienar o citado imóvel. Face ao fato imaginário narrado, assinale a alternativa correta.

A) Por se tratar de uma alienabilidade incondicionada, os bens públicos podem ser objeto de venda, com a prévia autorização do Congresso Nacional

B) A jurisprudência e a doutrina reconhecem que a alienação do imóvel, por ter destinação pública, há necessidade de ser desafetado, via lei

C) Os bens dominicais, por se tratar de bens privado da União, precisam de desafetação para que sejam alienados, observadas as exigências da lei de licitação.

D) Tacitamente, ocorreu a desafetação e podem ser objeto de alienação, desde que ressaltados os requisitos legalmente definidos na lei

30

Um Município antigo, cujas ruas e casario central possuem relevante valor histórico e cultural, diante do avanço do interesse do mercado imobiliário sobre a região, com o risco de demolições e perda deste patrimônio, edita lei criando Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural, para a tomada de providências legais e administrativas visando impedir prejuízos maiores.

Levando em conta o que estabelece a doutrina e as normas jurídicas a esse respeito,

A) a lei municipal que trata da matéria será considerada inconstitucional vez que somente a União, Estados e Distrito Federal podem dispor sobre patrimônio histórico e cultural.

B) o tombamento, como único instrumento de proteção ao patrimônio cultural, poderá ser realizado por decisão do Ministro da Cultura, a pedido da Prefeitura Municipal.

C) as normas constitucionais que tratam da matéria definem que a União só pode tomar bens de importância nacional, os Estados os de interesse estadual e os Municípios os bens de interesse local.

D) poderão também a União ou o Estado promoverem o tombamento do casario histórico localizado no Município, uma vez comprovado o valor histórico e cultural dele, pelos órgãos competentes.

31

Segundo dicção do Art. 3º da Lei nº 8.666/1993, “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. Acerca do instituto da licitação, assinale a alternativa correta à luz da jurisprudência do STF e do STJ.

A) É constitucional lei estadual que exija Certidão negativa de Violação aos Direitos do Consumidor dos interessados em participar de licitações e em celebrar contratos com órgãos e entidades estaduais.

B) Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, mesmo que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.

C) Empresa que tem em seu quadro funcional ou societário servidor público poderá participar de licitações realizadas pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, desde que este esteja licenciado.

D) O edital da licitação poderá exigir que a empresa a ser contratada tenha, em seu acervo técnico, um profissional que já tenha conduzido serviço de engenharia similar àquele previsto para a licitação, bem como que a empresa já tenha atuado em serviço similar.

32

Em uma situação hipotética, o município BETA, após regular processo licitatório, firma um contrato administrativo com empreiteira para a realização de uma reforma no prédio onde está estabelecida sua sede. No decorrer da obra, no entanto, o município realiza um concurso público para a admissão de novos servidores, tornando necessárias mudanças não previstas na reforma, que trarão um aumento nos custos, e reajuste no valor pago à empreiteira pela obra, no montante de 40%.

No caso em questão, é correto afirmar que:

- A) é obrigação legal do contratado aceitar a mudança, visto que, em decorrência da supremacia do interesse público, não são considerados limites na alteração do valor total do projeto, contanto que seu equilíbrio econômico-financeiro seja preservado;
- B) é direito do contratado recusar a mudança, considerando que as prerrogativas da Administração Pública são limitadas ao acréscimo de 25% na obra;
- C) é direito do contratado recusar a mudança, tendo por base o pressuposto do direito adquirido;
- D) é obrigação legal do contratado aceitar a mudança, tendo em vista as cláusulas exorbitantes do acordo

33

Enquanto realizava um inventário das espécies de roedores em uma área de fazendas (dominada por pastagens) no estado de Goiás, um pesquisador questionou-se sobre a possibilidade da composição de espécies ser diferente em áreas preservadas. Para tanto, decidiu incluir em suas amostragens, áreas de dois Parques Nacionais próximos. Em seguida, questionou ao Advogado do órgão ambiental sobre como ele deverá proceder para adicionar essas novas áreas em sua licença de coleta. Sobre esse problema, assinale a alternativa correta:

- A) O pesquisador não precisará de licença adicional, pois possui licença do órgão estadual para as pesquisas.
- B) O pesquisador irá precisar informar ao diretor do parque suas necessidades de pesquisa e obter, então, permissão verbal para as coletas, mas não poderá sacrificar os animais coletados.
- C) O diretor do parque deverá ser comunicado e, uma vez que apresente a ele uma cópia da licença do IBAMA, será autorizado a fazer as pesquisas e as coletas necessárias.
- D) Ele deverá apresentar documentação ao diretor da Unidade que, caso concorde, dará prosseguimento ao pedido de autorização junto ao ICMBio.

34

A Constituição da República de 1988 impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar, para as presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, que também é um direito de todos. Para assegurar a efetividade desse direito, de acordo com o texto constitucional, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de:

A) toda e qualquer obra ou atividade efetivamente causadora de qualquer degradação do meio ambiente, depósito prévio de caução para assegurar a reparação dos danos ambientais.

B) obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

C) obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer degradação do meio ambiente, a realização de audiência pública, antes da concessão da licença ambiental.

D) toda e qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer dano ao meio ambiente, plano de reparação de área degradada, antes da concessão da licença ambiental.

35

Com o objetivo de construir um grande empreendimento imobiliário, a Incorporadora JHR Ltda. juntamente com a Construtora Universal Ltda. contrataram a entrega de 200kg de cimento da marca "A" ou 100kg de cimento da marca "B" com a fornecedora Pontes Cimento Forte Ltda., pelo valor de R\$ 15.000,00 para serem entregues em 30 dias. Para confirmar a avença, a Incorporadora JHR Ltda. pagou o adiantamento de R\$ 5.000,00 no ato da contratação.

No dia convencionado para a entrega, os funcionários da fornecedora Pontes Cimento Forte Ltda. levaram 200kg de cimentos da marca "A" para o local de pagamento da obrigação. Porém, encontraram no local da entrega o preposto da Construtora Universal Ltda., mas não viu presente o representante da a Incorporadora JHR Ltda.

Nesta hipótese, para haver a quitação da dívida, os funcionários da Pontes Cimento Forte Ltda. devem:

A) oferecer os dois tipos de cimento para que o preposto da Construtora Universal Ltda. escolha, sob pena de incorrer em mora.

B) fazer uma dação em pagamento do valor do contrato para haver a quitação.

C) entregar os 200kg de cimento para o preposto da Construtora Universal Ltda., visto que as contratantes são solidárias.

D) exigir, para entregar dos 200kg de cimento, uma caução de ratificação pelo preposto da Construtora Universal Ltda.



36

João, carpinteiro, acordou se sentindo mal, com febre, vômito e sem o paladar, sintomas esses parecidos aos do COVID 19. Com medo de que fosse a doença, resolveu ir a pé para o Hospital Público, que ficava no outro bairro de sua cidade. Mas não aguentando mais andar, parou um ônibus da empresa Caminhos do Bem S/A, que fazia o itinerário que passava pela localidade. Ao solicitar que levasse para o ponto próximo do Hospital, o motorista Manoel, vendo o estado de saúde de João, se recusou a transportá-lo. Nesse caso:

- A) A recusa foi correta, pois o motorista do transporte não tem a obrigação de aceitar o passageiro em virtude de seu estado de saúde, decorrente da suspeita de COVID 19.
- B) O motorista do transporte tem a obrigação de aceitar o passageiro, podendo ser Manoel e a empresa de transporte responsabilizados civilmente em caso de recusa.
- C) Não há obrigação, em hipótese alguma, de o motorista do transporte aceitar o João como passageiro.
- D) O motorista do transporte tem a obrigação de aceitar o João como passageiro, salvo se a lotação estiver esgotada.

37

Caio estava muito insatisfeito com o seu computador, visto que o aparelho começou a apresentar problemas. A última vez que Caio levou o computador para o conserto, tomou conhecimento de que o aparelho estava com um sério problema na bateria que poderia se manifestar a qualquer momento, cujo conserto lhe custariam quase o valor do computador. Diante da situação, Caio resolveu colocar o computador a venda. Sérgio tomou conhecimento de que o computador estava a venda e procurou Caio, que disponibilizou o aparelho para que Sérgio o experimentasse e o analisasse. Caio satisfeito com o desempenho do computador, resolveu comprá-lo, mas Caio se manteve em silêncio quanto ao problema da bateria.

Sobre a situação narrada, é correto afirmar que:

- A) A compra e venda firmada entre Caio e Sérgio é inexistente, visto que falta um elemento estrutural essencial do negócio jurídico, que é a manifestação de vontade das partes.
- B) O negócio jurídico relatado é plenamente válido, visto que Caio não tem a obrigação de relatar um problema na bateria que ainda não ocorreu.
- C) O silêncio de Caio caracteriza-se como omissão dolosa, fato esse que poderá ensejar a anulação do negócio jurídico.
- D) Caso o problema da bateria do computador se manifeste, Sérgio terá direito tão somente a restituição do valor pago, mais as despesas do contrato.

38

Gabriel recebeu de herança do seu tio um terreno no interior do estado de São Paulo, o qual foi devidamente registrado no seu nome no Cartório de Imóveis competente. Como Gabriel residia em Minas Gerais, mal ia visitar o imóvel, mas mantinha contato com vizinhos que informavam sobre qualquer problema no terreno.

Certo dia, tomou conhecimento que Antônio havia tomado a posse de seu terreno e alienou onerosamente a posse para um terceiro que, em poucas semanas, construiu um imóvel para residir.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta:

- A) Gabriel tem o direito de reintegrar-se na posse do terreno, independente da boa fé do terceiro adquirente.
- B) Gabriel somente tem direito de propor ação indenizatória em face de Antônio.
- C) Gabriel ficará com o imóvel que foi edificado pelo terceiro em seu terreno, mesmo que o valor seja superior ao do terreno.
- D) Gabriel pode intentar ação de reintegração de posse ou indenização em face do terceiro que recebeu o terreno esbulhado sabendo que o era.

39

Fernanda e Leonardo foram casados por sete anos e desta união nasceu Valentina, hoje com cinco anos. Em ação de divórcio, ficou estabelecida prestação alimentar em favor da criança na importância de dois salários mínimos, a ser paga pelo seu pai. Acontece que, em janeiro de 2019 Leonardo sofreu um acidente automobilístico que lhe deixou em coma. Tendo em vista que Leonardo é profissional autônomo e diante do seu estado de saúde não pode trabalhar para auferir renda, Valentina deixou de receber os alimentos de que necessita para sua subsistência. Sabendo-se que a avó paterna da criança, Helena, é aposentada do serviço público, auferindo renda de R\$ 12.000,00, o avô materno, Jorge, tem um emprego que lhe rende o salário de R\$ 3.500,00, e que Valentina ainda tem um irmão unilateral, Caio, filho de Leonardo, que possui 28 anos e é advogado, assinale a alternativa correta:

- A) Na impossibilidade de Leonardo prestar os alimentos, sua mãe, Helena, pode ser chamada a presta-los em seu lugar, não cabendo impor a obrigação alimentar a Jorge, já Helena recebe uma boa aposentadoria e Fernanda já arca com os alimentos in natura de responsabilidade da família materna.
- B) Na impossibilidade de Leonardo prestar os alimentos, os dois avós de Valentina podem ser chamados a adimplir a obrigação, devendo o valor dos alimentos ser rateado meio a meio, na medida em que são parentes da mesma classe e grau.
- C) Na impossibilidade de Leonardo prestar os alimentos, os dois avós de Valentina podem ser chamados a adimplir a obrigação, devendo o valor dos alimentos ser rateado proporcionalmente às condições econômicas de cada um.
- D) Na impossibilidade de Leonardo prestar os alimentos, caso os demais ascendentes de Valentina já estivessem falecidos, não caberia impor a obrigação ao irmão unilateral, pois os alimentos nunca recaem sobre os parentes colaterais.

40

Cecília e Estácio foram casados por 18 (dezoito) anos e, desta união, nasceram os filhos Bruno e Regina, com 17 (dezessete) e 15 (quinze) anos respectivamente. Devido às constantes brigas por ciúmes de Estácio, Cecília decidiu romper o relacionamento em julho de 2019. Desde a separação do casal, em que pese a guarda tenha sido estabelecida de forma compartilhada, Estácio não vem cumprindo o regime de convivência com os filhos, achando suficiente o fato de pagar-lhes alimentos no valor de um salário mínimo. Neste caso, é correto afirmar que:

A) Tendo em vista que Estácio vem faltando com os deveres inerentes à convivência com os filhos, Cecília pode pleitear judicialmente a suspensão do poder familiar de Estácio, que, caso aplicada, deverá o ser por prazo determinado razoável fixado pelo juiz.

B) Se Estácio agredir Cecília após descobrir que ela estava namorando, esta poderá pleitear judicialmente a suspensão do poder familiar de Estácio, cuja pena poderá deixar de ser aplicada, se o juiz entender melhor adotar outra medida menos gravosa que lhe pareça reclamada pela segurança dos filhos.

C) Se Estácio, em uma das raras vezes que pegou os filhos para passar o final de semana com ele, acabar castigando imoderadamente Regina, Cecília poderá pleitear judicialmente a perda do poder familiar de Estácio, mas que, caso reconhecida, será aplicada somente em relação à filha ofendida.

D) Se Estácio, em razão de um crime por ele praticado, for condenado, por sentença irreversível, a uma pena de 02 anos de reclusão, isso importará na perda do poder familiar.

41

Luciana, divorciada, mãe de Camila e Rodrigo, faleceu em janeiro de 2019 sem deixar testamento. Acontece que Camila havia falecido em outubro de 2017, deixando dois filhos, João e Samuel, e que, aberta a sucessão de Luciana, Rodrigo renunciou a seus direitos hereditários, possuindo três filhos, Márcio, Thiago e Livia. Acrescente-se que a mãe de Luciana, Goreti, estava viva ao tempo da abertura da sucessão. Neste caso, a herança de Luciana será deferida a:

A) Apenas entre João e Samuel, 50% da herança para cada um, pois não cabe direito de representação na renúncia.

B) Entre João, Samuel, Márcio, Thiago e Livia, por direito próprio, cabendo 20% da herança para cada um.

C) Entre João, Samuel, Márcio, Thiago e Livia, por direito de representação, cabendo 50% da herança para João e Samuel, e os outros 50% repartido entre Márcio, Thiago e Livia.

D) 100% para Goreti.

42

O Conselho Tutelar, como órgão permanente e autônomo e não jurisdicional, de suma importância para o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente tem como atribuições, exceto:

A) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas atribuições.

B) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses de violação por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

C) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

D) assessorar o Poder Legislativo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

43

Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Sobre o tema assinalar a alternativa incorreta:

- A) A autoridade competente, quando verificada a prática de ato infracional, poderá aplicar a criança e ao adolescente a medida de internação em estabelecimento educacional.
- B) A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
- C) Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.
- D) Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

44

James Bond foi a uma das lojas da franquia de fast food *Special Burger* para adquirir um lanche. Como pretendia se alimentar em casa, o famoso agente preferiu adquirir o produto sem sair do seu carro, através do drive thru. Enquanto aguardava a entrega de seu pedido, foi anunciado um assalto e levaram uma mochila dele. A *Special Burger* lamentou o ocorrido, ofereceu uma voucher como cortesia da casa, mas se eximiu de qualquer responsabilidade, pois o crime ocorreu fora do seu estabelecimento. James Bond lhe procurou como advogado para saber se, à luz do CDC e do entendimento do STJ, há responsabilidade civil da empresa. Assinale a resposta correta.

- A) A ocorrência caracteriza fortuito externo e afasta responsabilidade civil objetiva da Special Burger, pois o fato ocorreu fora do estabelecimento comercial e assim não pode configurar falha na prestação do serviço.
- B) Trata-se de um fortuito interno e o estabelecimento comercial responde pela reparação de danos sofridos pelo consumidor vítima de crime ocorrido no *drive-thru*.
- C) O CDC adota a teoria do risco integral. O dever de reparação da Special Burger é objetiva e não se sujeita a excludentes de responsabilidade.
- D) A súmula 130 do STJ estabelece a responsabilidade civil pelos danos sofridos nos estacionamentos oferecidos, gratuita ou onerosamente, por empresas. Mas possui entendimento expresso de que responsabilidade civil por danos ocorridos em drive thru não pode ser aplicado contra os fornecedores.

45

Jaspion teve diversos problemas financeiros nos últimos. Após dividir os seus bens um divórcio, de ajudar no tratamento de câncer de sua mãe e da perda de um dos seus dois empregos em razão da pandemia. Ele financiou um apartamento após o divórcio, mobiliou a casa nova utilizando o limite do cartão de crédito, entrou sucessivas vezes no cheque especial durante o tratamento de saúde de sua genitora e tomou vários empréstimos a fim de sanar essa obrigações. Atualmente ele se encontra hoje com 40% de sua renda comprometida com a quitação desses empréstimos. Jaspion assistiu em um telejornal que foi a aprovada a lei do superendividamento e lhe procura como advogado para esclarecer a possibilidade de ser beneficiado pela lei. Assinale a alternativa correta sobre o tratamento do devedor superendividado:

A) O superendividamento é a impossibilidade manifesta de o consumidor, pessoa física ou jurídica, de arcar compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços sem comprometer o seu mínimo existencial.

B) O Código de Defesa do consumidor considera como mínimo existencial débitos acumulados de boa-fé correspondentes a 40% dos rendimento mensal da unidade familiar.

C) No processo de repactuação de dívidas do consumidor não podem ser objeto do plano de recuperação as obrigações decorrentes de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de realizar pagamento, bem como as dívidas provenientes de contratos de crédito com garantia real, de financiamentos imobiliários e de crédito rural.

D) O plano de recuperação do consumidor superendividado será efetuado em audiência de conciliação com todos os seus credores, cujas condições serão lavradas a termo. Se não houver acordo entre as partes, é direito do consumidor que o juiz aprove um plano de recuperação compulsório a ser quitado no prazo máximo de quatro anos.

46

No que concerne ao protesto de títulos, podemos afirmar que:

A) O protesto é ato de caráter personalíssimo, devendo sua intimação ocorrer sempre na figura do devedor, sendo proibida na modalidade por edital.

B) Todos os títulos serão examinados pelo responsável do cartório de protestos em seus caracteres formais, inclusive quanto à ocorrência de prescrição ou caducidade, só podendo ser levado a efeito de não apresentarem vícios.

C) O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução, sendo que na espécie de protesto por falta de aceite, só poderá ser realizado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo previsto em lei para o devedor manifestar o aceite ou devolver o título.

D) Não é admitido o protesto de títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do território nacional.



47

Sobre o conselho fiscal de uma sociedade anônima, podemos afirmar que:

- A) É um órgão obrigatório e permanente, pouco importando qual seja a natureza ou tamanho da companhia.
- B) Possui caráter facultativo, com exceção das companhias com capital social igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), quando se torna obrigatório.
- C) É facultativo, mas se torna obrigatório das companhias abertas e de economia mista.
- D) Trata-se de órgão obrigatório e de funcionamento permanente ou somente nos exercícios em que houver sido requerida sua instalação pelos acionistas, exceto nas companhias de economia mista, nas quais seu funcionamento é obrigatoriamente permanente.

48

A liberdade contratual conferida pela Lei (Código Civil), permite que a sociedade limitada seja regida, desde que haja previsão em seu contrato social, pelas regras atinentes às sociedades:

- A) Simples
- B) Anônimas
- C) Em nome coletivo
- D) Em conta de participação

49

Nos termos da Lei nº 11.101/2005, considerando as modificações inseridas pela Lei nº 14.112/2020, são categorias de créditos na falência, exceto:

- A) créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado;
- B) créditos subordinados, na espécie de juros vencidos após a decretação da falência;
- C) créditos tributários, incluindo as multas;
- D) créditos quirografários, quanto aos saldos dos créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor.

50

Nas hipóteses de reconhecimento de processo estrangeiro, o juízo brasileiro competente para processá-lo será:

- A) O do domicílio dos bens do devedor;
- B) O do domicílio do maior credor nacional;
- C) O do lugar em que a obrigação foi contraída;
- D) O do principal estabelecimento do devedor.

51

Anderson ajuizou ação de execução de título extrajudicial contra Paulo e seu irmão Renato, que foram regularmente citados pelo correio, sendo que o Aviso de Recebimento – A.R. da carta de citação entregue a Paulo foi juntado aos autos no dia 02/08/2017 e o A.R. da carta de citação entregue a Renato foi juntado aos autos em 08/08/2017. Nesse caso, considerando que os executados são representados por advogados distintos, o prazo para Paulo opor embargos à execução

A) Será contado em dobro, considerando-se dia do começo a data da juntada aos autos do aviso de recebimento da sua própria carta de citação.

B) Não será contado em dobro, considerando-se dia do começo a data da juntada aos autos do aviso de recebimento da sua própria carta de citação.

C) Será contado em dobro, considerando-se dia do começo a data da juntada aos autos do aviso de recebimento da carta de citação de Renato.

D) Não será contado em dobro, considerando-se dia do começo a data da juntada aos autos do aviso de recebimento da carta de citação de Renato.

52

Numa ação de cobrança proposta por Alik contra Jonas, o juiz profere, antes mesmo de citar o réu, sentença de improcedência liminar do pedido, por perceber de plano a prescrição da pretensão de Alik. Sobre o caso, é possível afirmar que:

A) Interposta a apelação por Alik, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias;

B) Agiu equivocadamente o juiz, vez que não pode sentenciar sem ouvir a parte contrária, numa afronta direta ao princípio do contraditório;

C) Caso o juiz não se retrate da decisão, deverá intimar Jonas para oferecer contrarrazões no prazo de 15 dias;

D) Ainda que fosse o caso de uma sentença terminativa viciada, o tribunal não poderia julgar diretamente o mérito da causa, sob risco de incorrer em supressão de instância.

53

Marcos adquiriu de Lucas um imóvel e nele reside com sua família. Em determinado dia e hora, um oficial de justiça comparece na residência de Marcos e promove a citação dele em ação reivindicatória promovida por João, que se diz proprietário do imóvel, tendo adquirido o mesmo de Nathália, conforme documentos acostados. Nesta situação, é possível afirmar:

A) Marcos poderá denunciar à lide Lucas, que poderá, por seu turno, realizar uma denunciação sucessiva, sendo vedado ao segundo denunciado denunciar à lide seu alienante imediato.

B) Marcos poderá chamar Lucas ao processo – por meio do chamamento ao processo –, para responder consigo em litisconsórcio passivo.

C) A denunciação da lide será sempre obrigatória para que o denunciante possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam.

D) Caso queira intervir na lide espontaneamente, por possuir interesse jurídico na causa, Lucas deve requerer ingresso a título de *Amicus Curiae*.

54

Lucas propõe ação de cumprimento de obrigação de fazer em face de Thiago. Thiago, no entanto, buscando o adimplemento daquilo que Lucas lhe deve por conta do mesmo contrato que motivou a ação, resolve propor uma reconvenção. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta:

A) A reconvenção deve ser veiculada na contestação, sendo impossível ser levada a efeito caso Thiago não conteste.

B) Thiago, caso queira, poderá propor a reconvenção em litisconsórcio com terceiros e até mesmo contra Lucas e terceiros.

C) Caso a ação principal seja extinta sem resolução do mérito ou dela haja desistência, o julgamento da reconvenção ficará prejudicado.

D) Thiago não poderá reconvir à reconvenção de Lucas, já que esta possibilidade se dá exclusivamente na ação monitória.

55

Prolatado acórdão em desfavor de Jonas no julgamento de um Recurso Extraordinário, este decide interpor Embargos de Divergência. Em relação ao recurso citado, é correto afirmar:

A) cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em, no mínimo, um terço dos seus membros.

B) a divergência que autoriza a interposição de Embargos de Divergência pode se dar quanto à aplicação do direito material ou do direito processual.

C) não poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamento de recursos e de ações de competência originária.

D) o prazo para interposição de Embargos de Divergência é de 05 (cinco) dias, sendo cabível nos processos de competência originária do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

56

Lewis Hamilton, residente no Rio de Janeiro, possui quatro títulos extrajudiciais em desfavor de Rubens Barrichello, que vive atualmente em São Paulo, a saber: dois cheques, cada um no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); uma nota promissória de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e um contrato com cláusula de eleição de foro em Brasília, cuja cláusula penal é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). O piloto brasileiro não quitou nenhum dos títulos de crédito e não cumpriu o contrato. A respeito da cumulação de títulos executivos, assinale a alternativa verdadeira.

A) O exequente pode cumular várias execuções quando fundadas nos mesmos títulos executivos. Assim, Lewis Hamilton poderia cumular apenas os cheques, mas não os demais títulos executivos.

B) Lewis Hamilton poderá cumular as execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, pois o devedor é o mesmo assim como é idêntico o procedimento de cobrança, únicos requisitos elencados pelo CPC.

C) O exequente poderá cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento.

D) Lewis Hamilton não poderá descumprir a cláusula de eleição de foro do contrato e ingressar com a execução desse título no endereço do Executado, ainda que lhe seja mais benéfico para o exercício de sua defesa.

57

Lionel Messi ingressou com ação de execução de título extrajudicial em face de Cristiano Ronaldo cobrando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) referente a multa de um contrato inadimplido. Uma vez citado, o executado não pagou a dívida, mas ofereceu embargos à execução alegando excesso de execução sem apontar o valor que julga controvertido. Requereu a atribuição de efeito suspensivo aos embargos a fim de suspender a execução enquanto a sua defesa não seja apreciada. À luz do caso, assinale a alternativa correta:

- A) Os embargos à execução serão oferecidos incidentalmente no processo de execução.
- B) Os embargos à execução serão rejeitados liminarmente porque o executado não apontou o valor que entendia como correto e não apresentou o demonstrativo.
- C) O juiz concederá o efeito suspensivo requerido, bastando que o Executado consiga demonstrar a incidência dos requisitos da tutela de urgência.
- D) Se o juízo extinguir os embargos à execução sem resolução de mérito, a decisão será impugnada por agravo de instrumento, pois todas as decisões interlocutórias proferidas no processo de execução desafiam o agravo, conforme previsão contida no art. 1.015, parágrafo único do CPC.

58

O desvio punível não é o que, por características intrínsecas ou ontológicas, é reconhecido em cada ocasião como imoral, como naturalmente anormal, como socialmente lesivo ou coisa semelhante. É aquele formal e previamente indicado pela lei como pressuposto necessário para a aplicação de uma pena.

Luigi Ferrajoli. Direito e razão: teoria do garantismo penal. 3.ª ed. São Paulo: RT, 2002, p. 30 (com adaptações).

O texto precedente faz referência, principalmente, aos princípios penais da

- A) legalidade e da anterioridade.
- B) anterioridade e da individualização da pena.
- C) culpabilidade e da extra-atividade da lei penal.
- D) individualização da pena e da culpabilidade.

59

A respeito dos princípios aplicáveis ao direito penal, assinale a opção correta.

- A) Do princípio da individualização da pena decorre a exigência de que a dosimetria obedeça ao perfil do sentenciado, não havendo correlação do referido princípio com a atividade legislativa incriminadora, isto é, com a feitura de normas penais incriminadoras.
- B) Conforme o entendimento doutrinário dominante relativamente ao princípio da intervenção mínima, o direito penal somente deve ser aplicado quando as demais esferas de controle não se revelarem eficazes para garantir a paz social. Decorrem de tal princípio a fragmentariedade e o caráter subsidiário do direito penal.
- C) Ao se referir ao princípio da lesividade ou ofensividade, a doutrina majoritária aponta que somente haverá infração penal se houver efetiva lesão ao bem jurídico tutelado.
- D) Em decorrência do princípio da confiança, há presunção de legitimidade e legalidade dos atos dos órgãos oficiais de persecução penal, razão pela qual a coletividade deve guardar confiança em relação a eles.

60

De acordo com o Código Penal, é tipificado como crime de falsificação de documento público a

- A) adulteração de cartão de crédito ou de débito.
- B) alteração em livros mercantis de sociedade empresarial.
- C) inserção de declaração diversa da que deveria ser escrita em documento público.
- D) certificação falsa, na função pública, de fato que habilite alguém a obter cargo público

61

Paulo pratica um crime de roubo simples tentado. Na sentença, o juiz aplica a pena mínima de quatro anos diminuída de metade em razão da tentativa. O código Penal prevê benefícios cuja finalidade é evitar o aprisionamento, como é o caso do SURSIS. Você como advogado de Paulo, analisando a legislação pertinente, deve analisar:

- A) Se Paulo é reincidente, pois um dos requisitos para a concessão do sursis é não ser reincidente.
- B) O sursis será concedido mesmo quando indicada ou cabível substituição da pena prevista no art. 44 do CP.
- C) Paulo só poderia ter direito ao SURSIS se a pena fosse restritiva de direitos, pois incabível para penas privativas de liberdade.
- D) Paulo poderá ter direito a suspensão condicional da pena, mas poderá ter a revogação não obrigatória do benefício caso descumpra qualquer condição imposta.

62

Carlos e Bruno possuem Jackson como inimigo em comum. Certo dia, sem prévio ajuste, ambos com arma de fogo com calibre e munições idênticas, escondem-se em diferentes locais, esperando o inimigo em comum passar próximo a academia que frequentava. Quando Jackson chega ao local, Carlos e Bruno atiram simultaneamente, sendo Jackson atingido e vindo a falecer no local. A perícia concluiu que Jackson foi morto por um único disparo de arma de fogo, pois os demais tiros não conseguiram atingi-lo. O laudo não conseguiu identificar de qual arma de fogo partiu o tiro que ceifou a vida da vítima. Considerando o caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta:

- A) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria incerta os agentes respondem por tentativa de homicídio.
- B) Trata-se de hipótese de concurso de pessoas, em que os agentes respondem pelo homicídio consumado.
- C) Não há concurso de pessoas, sendo hipótese de autoria incerta. Carlos e Bruno respondem pela consumação do crime.
- D) Trata-se de hipótese de concurso de pessoas, em que os agentes respondem pela tentativa do fato delituoso.

63

Um funcionário público municipal, ao sair da prefeitura onde trabalha, encontra no estacionamento um pacote com cerca de dez mil reais, em notas de cem reais. Feliz com a possibilidade de saldar suas dívidas, leva para casa e procura seus credores para saldar todas as dívidas. Fabiana, que havia perdido o numerário, procura a Delegacia de Polícia e pede providências. Através das câmeras de segurança foi possível identificar que o funcionário público havia encontrado tal numerário. Diante dessas informações, qual foi a conduta praticada pelo funcionário público:

- A) Apropriação de coisa achada
- B) Peculato apropriação
- C) Corrupção passiva
- D) Furto privilegiado



64

Fred foi denunciado e condenado, em primeira instância, pela prática de crime de corrupção ativa, sendo ele e seu advogado intimados do teor da sentença no dia 05 de junho de 2018, terça-feira. A juntada do mandado de intimação do réu ao processo, todavia, somente ocorreu em 11 de junho de 2018, segunda-feira.

Considerando as informações narradas, o prazo para interposição de recurso de apelação pelo advogado de Fred, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, será iniciado

A) no dia seguinte à juntada do mandado de intimação (12/06/18), devendo a data final do prazo ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte, caso se encerre no final de semana.

B) no dia da juntada do mandado de intimação (11/06/18), devendo ser cumprido até o final do prazo de 05 dias previsto em lei, ainda que este ocorra no final de semana.

C) no dia da intimação (05/06/18), independentemente da data da juntada do mandado, devendo ser cumprido até o final do prazo de 05 dias previsto em lei, ainda que este ocorra no final de semana.

D) no dia seguinte à intimação (06/06/18), independentemente da data da juntada do mandado, devendo a data final do prazo ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte, caso se encerre no final de semana.

65

Vitor foi denunciado pela prática de um crime de peculato. O magistrado, quando da análise da inicial acusatória, decide rejeitar a denúncia em razão de ausência de justa causa.

O Ministério Público apresentou recurso em sentido estrito, sendo os autos encaminhados ao Tribunal, de imediato, para decisão. Todavia, Vitor, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, toma conhecimento da existência do recurso ministerial, razão pela qual procura seu advogado e demonstra preocupação com a revisão da decisão do juiz de primeira instância.

Considerando as informações narradas, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o advogado de Vitor deverá esclarecer que

A) o Tribunal não poderá conhecer do recurso apresentado, tendo em vista que a decisão de rejeição da denúncia é irrecorrível.

B) o Tribunal não poderá conhecer do recurso apresentado, pois caberia recurso de apelação, e não recurso em sentido estrito.

C) ele deveria ter sido intimado para apresentar contrarrazões, apesar de ainda não figurar como réu, mas tão só como denunciado.

D) caso o Tribunal dê provimento ao recurso, os autos serão encaminhados para o juízo de primeira instância para nova decisão sobre recebimento ou não da denúncia.

66

Luiz foi denunciado pela prática de um crime de estelionato. Durante a instrução, o ofendido apresentou, por meio de assistente de acusação, documento supostamente assinado por Luiz, que confirmaria a prática delitiva. Ao ter acesso aos autos, Luiz informa ao patrono ter certeza de que aquele documento seria falso, pois não foi por ele assinado.

Com base nas informações narradas, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, o advogado de Luiz poderá

A) alegar apenas a insuficiência de provas e requerer a extração de cópias para o Ministério Público, mas não poderá, neste processo, verificar a veracidade do documento.

B) alegar, desde que seja procurador com poderes especiais, a falsidade do documento para fins de instauração de incidente de falsidade.

C) arguir, com procuração com poderes gerais, a falsidade do documento, gerando incidente de falsidade em autos em apartado.

D) alegar, oralmente, a falsidade do documento, devendo o incidente ser decidido nos autos principais

67

No dia 01/04/2014, Natália recebeu cinco facadas em seu abdômen, golpes estes que foram a causa eficiente de sua morte. Para investigar a autoria do delito, foi instaurado inquérito policial e foram realizadas diversas diligências, dentre as quais se destacam a oitiva dos familiares e amigos da vítima e exame pericial no local.

Mesmo após todas essas medidas, não foi possível obter indícios suficientes de autoria, razão pela qual o inquérito policial foi arquivado pela autoridade judiciária por falta de justa causa, em 06/10/2014, após manifestação nesse sentido da autoridade policial e do Ministério Público. Ocorre que, em 05/01/2015, a mãe de Natália encontrou, entre os bens da filha que ainda guardava, uma carta escrita por Bruno, ex-namorado de Natália, em 30/03/2014, em que ele afirmava que ela teria 24 horas para retomar o relacionamento amoroso ou deveria arcar com as consequências. A referida carta foi encaminhada para a autoridade policial.

Nesse caso,

A) nada poderá ser feito, pois o arquivamento do inquérito policial fez coisa julgada material.

B) a carta escrita por Bruno pode ser considerada prova nova e justificar o desarquivamento do inquérito pela autoridade competente.

C) nada poderá ser feito, pois a carta escrita antes do arquivamento não pode ser considerada prova nova.

D) pela falta de justa causa, o arquivamento poderia ter sido determinado diretamente pela autoridade policial, independentemente de manifestação do Ministério Público ou do juiz.

68

Após ser instaurado inquérito policial para apurar a prática de um crime de lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor (Art. 303 da Lei nº 9.503/97 – pena: detenção de seis meses a dois anos), foi identificado que o autor dos fatos seria Carlos, que, em sua Folha de Antecedentes Criminais, possuía três anotações referentes a condenações, com trânsito em julgado, pela prática da mesma infração penal, todas aptas a configurar reincidência quando da prática do delito ora investigado.

Encaminhados os autos ao Ministério Público, foi oferecida denúncia em face de Carlos pelo crime antes investigado; diante da reincidência específica do denunciado civilmente identificado, foi requerida a decretação da prisão preventiva. Recebidos os autos, o juiz competente decretou a prisão preventiva, reiterando a reincidência de Carlos e destacando que essa circunstância faria com que todos os requisitos legais estivessem preenchidos.

Ao ser intimado da decisão, o(a) advogado(a) de Carlos deverá requerer

- A) a liberdade provisória dele, ainda que com aplicação das medidas cautelares alternativas.
- B) o relaxamento da prisão dele, tendo em vista que a prisão, em que pese ser legal, é desnecessária.
- C) a revogação da prisão dele, tendo em vista que, em que pese ser legal, é desnecessária.
- D) o relaxamento da prisão dele, pois ela é ilegal.

69

Maicon, na condução de veículo automotor, causou lesão corporal de natureza leve em Marta, desconhecida que dirigia outro automóvel, que inicialmente disse ter interesse em representar em face do autor dos fatos, diante da prática do crime do Art. 303, caput, do Código de Trânsito Brasileiro.

Em audiência preliminar, com a presença de Maicon e Marta acompanhados por seus advogados e pelo Ministério Público, houve composição dos danos civis, reduzida a termo e homologada pelo juiz em sentença. No dia seguinte, Marta se arrepende, procura seu advogado e afirma não ter interesse na execução do acordo celebrado.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Marta deverá

- A) interpor recurso de apelação da sentença que homologou a composição dos danos civis.
- B) esclarecer que o acordo homologado acarretou renúncia ao direito de representação.
- C) interpor recurso em sentido estrito da sentença que homologou composição dos danos civis.
- D) esclarecer que, sendo crime de ação penal de natureza pública, não caberia composição dos danos civis, mas sim transação penal, de modo que a sentença é nula

70

Conforme a legislação trabalhista brasileira, o repouso semanal remunerado é:

- A) obrigatório desde que previsto no contrato.
- B) obrigatório e compulsoriamente aos domingos.
- C) opcional e exclusivamente aos domingos.
- D) obrigatório e preferencialmente aos domingos.

71

A Empresa de prestação de serviços SSS ganhou uma licitação de serviços gerais para limpeza do aeroporto Zumbi dos Palmares. Visando lucro, contratam menores com 12 anos de idade para a limpeza, sem CTPS assinada, já que os menores aceitam a referida condição. De acordo com a Constituição Federal, a contratação havida, reflete um caso de:

- A) trabalho escravo.
- B) trabalho ilícito.
- C) trabalho proibido.
- D) trabalho válido.

72

Com relação ao contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- A) Constitui motivo para alteração do contrato de trabalho pelo empregador o afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar.
- B) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário nos dias em que estiver comprovadamente realizando prova de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
- C) A suspensão do empregado por mais de quinze dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.
- D) A CLT proíbe o empregado de doar sangue.

73

O sindicato dos empregados em bares e restaurantes de determinado município celebrou, em 2021, acordo coletivo com o Bar da Esquina, no qual, o dia 25.12, foi trocado para o dia 20.12.2021. Sobre o caso apresentado, de acordo com a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) É válido o acerto realizado porque fruto de negociação coletiva, em que a troca do dia de feriado, com a reforma trabalhista foi conferida força legal.
- B) Somente será válido com a homologação do acordo coletivo pela Justiça do Trabalho é que ele terá validade a troca do dia de feriado.
- C) A cláusula normativa em questão é nula, porque constitui objeto ilícito negociar troca de dia de feriado.
- D) A negociação acerca da troca de dia de feriado exigiria que, ao menos, seja concedida mais duas folgas pelo referido dia ao empregado.

74

Celso trabalha em uma usina como técnico químico. A empresa sem qualquer previsão em norma coletiva, fornece ônibus para o deslocamento dos funcionários para o trabalho, já que ela se situa em local cujo transporte público modal passa apenas em alguns horários, de forma regular, porém insuficiente para a demanda. Celso nada paga pelo transporte, levando em torno de duas horas no percurso casa-trabalho-casa. Além do tempo de deslocamento, Celso tem jornada regular de 8 horas, com pausa legal devidamente observada. Insatisfeito, ele procura você, como advogado(a), a fim de saber se possui algum direito a reclamar perante a Justiça do Trabalho. Considerando que Celso foi contratado em fevereiro de 2018, bem como a legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

- A) Celso faz jus a duas horas extras diárias, em razão do tempo despendido no transporte.
- B) Celso não faz jus a horas extras, porque o tempo de transporte não é considerado tempo à disposição do empregador.
- C) Celso faz jus às horas extras, porque o transporte público era insuficiente, sujeitando o trabalhador aos horários estipulados pelo empregador.
- D) Celso não faz jus às horas extras, pelo fato de que o transporte fornecido era gratuito.

75

Cândida trabalha por dois dias na semana na casa de Paula e trabalha na residência de Mary por três vezes na semana como cozinheira, desde janeiro de 2018. Tem liberdade para escolher os dois dias em que vai para a casa de Paula e os três em que vai para a casa de Mary. Recebe por dias trabalhados, ao final do expediente e não possui CTPS assinada. Cândida procura você, como advogado(a), pretendendo o reconhecimento do vínculo de emprego com as duas patroas. Assim, assinale a opção que contempla a situação de Cândida:

- A) não há vínculo de emprego com as duas tomadoras de serviço, dado que não apresenta exclusividade com nenhuma.
- B) Cândida é autônoma, porque gerencia seu próprio trabalho, dias e horários, recebendo após o término da diária.
- C) Cândida é empregada doméstica intermitente nos dois contratos.
- D) Cândida é empregada doméstica para a tomadora de serviço Mary e diarista para a tomadora de serviço Paula.

76

Em determinada reclamação trabalhista, o empregador foi condenado ao pagamento de diversas parcelas, havendo ainda condenação subsidiária de determinado Município, que foi o tomador dos serviços, com sentença devidamente liquidada. Na fase de execução, restou infrutífera a tentativa de recebimento do crédito pela empresa. Foi, então, redirecionada a ação em face do Município, que quer questionar o débito. Assim, na situação narrada é correto o que se encontra em:

- A) O Município pode embargar a execução no prazo legal, após a garantia do juízo.
- B) A CLT não permite que o Município seja considerado devedor e apresente embargos à execução.
- C) A garantia do juízo para ajuizar embargos de devedor é desnecessária, por se tratar da Fazenda Pública.
- D) O Município, por se tratar de recurso, terá o prazo em quádruplo para embargar a execução.



77

João, ajuizou ação trabalhista que se encontra na fase de execução, o executado apresentou exceção de pré-executividade. Após ser conferida vista à parte contrária, o juiz julgou-a procedente e reconheceu a nulidade da notificação inicial e de todos os atos subsequentes, determinando nova notificação para que o reclamado réu pudesse contestar a demanda. Considerando essa situação e o que dispõe a CLT, assinale a opção que indica o recurso que o exequente deverá apresentar para tentar reverter a decisão.

- A) Apelação.
- B) Agravo de Petição.
- C) Recurso de Revista.
- D) Recurso Ordinário.

78

Terta, Rayssa e Pedro trabalharam na empresa Rosa Prada. Todos procuraram o mesmo advogado para apresentar reclamação trabalhista: Terta diz que não recebeu 13º salário, Rayssa informa que não recebeu as verbas resilitórias e Pedro diz seu FGTS não se encontra depositado. Diante da situação retratada, e de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) Cabe manejo da reclamação plúrima, porque o empregador é o mesmo.
- B) A CLT não traz os requisitos para o litisconsórcio ativo e, por isso, ficará a critério do juiz aceitar o ingresso conjunto.
- C) Não é possível o ajuizamento de reclamação plúrima, porque os pedidos são distintos.
- D) No caso apresentado, caberá o ajuizamento de dissídio coletivo.

79

Em sede de reclamações trabalhista três sociedades empresárias foram condenadas em primeira instância. A Massa Falida do Supermercado Preço Alto, o Instituto Corpo Mole - sociedade empresária em liquidação extrajudicial e a JKMM, um microempreendedor individual. Ambas pretendem apresentar Recurso Ordinário da decisão. Quanto ao preparo é correto o que se encontra em

- A) os três não precisam recolher o depósito recursal e as custas.
- B) deixar de recolher o depósito recursal e as custas no caso da massa falida, mas recolher ambos para a empresa em liquidação extrajudicial e para o microempreendedor individual.
- C) deixar de recolher o depósito recursal e as custas no caso da massa falida e do microempreendedor individual, mas recolher ambos para a empresa em liquidação extrajudicial.
- D) deixar de recolher o depósito recursal e as custas no caso da massa falida, mas recolher ambos para a empresa em liquidação extrajudicial e para o microempreendedor individual recolher as custas e metade do valor do depósito recursal.

80

Você é contratado para fazer a defesa de uma empresa, com audiência designada no rito sumário, no exato dia da audiência. Analisando a hora, você constata que não há tempo hábil para realizar defesa escrita, nem tampouco tem proposta de acordo. Conforme previsto na CLT, na hora da audiência, qual sua conduta como advogado

- A) aduzir defesa oral em 20 minutos.
- B) requerer o arquivamento da ação.
- C) requerer o adiamento da audiência para posterior entrega da defesa.
- D) requerer a revelia e a confissão ficta quanto à matéria de fato.